



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 27 DE ABRIL DE 2016

ATA N.º 02/2016

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Paulo Nuno de Faria Reis, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Jorge Alberto Rego França, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Frederico Furtado de Sousa, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte e Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina Calisto Decq Mota, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, José Duarte Barbosa Cabecinha e Susana Maria Goulart Pereira da Costa.

Esteve presente a assistir à sessão o cidadão Senhor José Fernando Carneiro Sousa, morador na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Referiu que antes de dar início aos trabalhos, gostaria de saudar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes.

Expôs que esta foi a segunda sessão ordinária deste ano realizada no mês de abril, mês em que o Município comemora o seu 4.º aniversário de elevação a cidade. Felicitou a Câmara Municipal, pelo seu programa de atividades, dividido pelas cinco freguesias do concelho, tornando, deste modo, a festa mais próxima das populações. Também felicitou a Câmara Municipal pelo seu novo logótipo e plano de comunicação, que decerto irão potenciar a comunicação entre a Câmara, os Lagoenses e os nossos visitantes. Esta renovação de identidade constitui uma importante ferramenta, como forma de comunicação, para transmitir eficazmente o que faz, o que deseja ser e em que acredita e valoriza. Deste modo, a nova imagem do Município de Lagoa assenta na valorização do seu passado e na sua crescente modernidade tecnológica, que coloca a Lagoa numa posição privilegiada para vir a ser uma Smart City – a primeira cidade inteligente dos Açores.

Assim, a Câmara Municipal acredita em novos modelos de desenvolvimento urbano e estabelece o empreendedorismo tecnológico e empresarial como uma prioridade no futuro, tendo o compromisso de posicionar a Lagoa num concelho, cada vez mais atrativo e inovador, numa cidade em crescimento competitivo, com mais pessoas qualificadas e que oferece mais e melhores condições de vida. O paradigma das cidades inteligentes apela à colaboração entre os diferentes setores urbanos (municípios, universidades, centros de investigação, empresas, cidadãos, etc.) no âmbito de um modelo de governação em rede, para a definição das políticas públicas e tomada de decisões sobre a vida urbana, gerando uma inteligência coletiva, apesar do mote ser sempre a utilização das tecnologias de informação e comunicação para facilitar a vida urbana.

Mais referiu a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que apraz-lhe, deste modo, que a Lagoa tenha aderido a um projeto que potencia a Lagoa não só a nível tecnológico, mas que privilegia um processo de governação e inovação em rede, envolvendo a comunidade no seu projeto de serviço público, seguindo as tendências de um fenómeno a nível mundial, característico das cidades mundiais mais desenvolvidas e cosmopolitas.

Muitos parabéns à Câmara Municipal pela excelente iniciativa e viva a Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da primeira sessão ordinária, do dia 26 de fevereiro de 2016.

O Deputado Municipal Hermano Rego, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que irá abster-se uma vez que não esteve presente na sessão do dia 26 de fevereiro de 2016.

A ata foi aprovada, por maioria, com vinte votos a favor e a abstenção do Deputado Hermano Rego, dos vinte e um membros presentes.

Procedeu depois, a Senhora Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 29 de fevereiro de 2016 a 27 de abril de 2016, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego e Paula Catarina Castelo Borges Andrade foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2016.

Pelos membros Frederico Furtado de Sousa, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte e Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 27 de abril de 2016.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que se passou a disponibilizar a todos os membros um documento com notas dos assuntos que serão analisados e passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, saudou todos os presentes e informou que com a ordem do dia é disponibilizada a respetiva documentação porque todos têm vidas muito ocupadas e os documentos nem sempre são de fácil leitura, incluindo documentos extensos, passou-se a facultar a todos os membros, quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal, um documento com notas dos assuntos que serão analisados e discutidos, destacando-se os aspetos mais importantes, precisamente, para facilitar o trabalho de todos os membros, o que não dispensa a leitura da respetiva documentação.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo sobre a adesão do Município de Lagoa – Açores ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia.

O Pacto de Autarcas é uma iniciativa voluntária lançada em 2008 que reuniu até hoje cerca de 6500 municípios com objetivos comuns. Desde Outubro de 2015, e como resultado da necessidade das várias comunidades e regiões também darem resposta às questões de mitigação e de adaptação às Alterações Climáticas, esta iniciativa passou a designar-se de "Pacto de Autarcas para o Clima e Energia". Os novos objetivos para 2030 perspetivam uma abordagem integrada para responder aos desafios locais das comunidades, nomeadamente a mitigação das alterações climáticas, a adaptação e energia sustentável. Além disso, no que respeita às emissões de CO₂, o objetivo é agora de redução das emissões em 40% até 2030 (tendo 2008 como o ano de referência).

Esta iniciativa está agora disponível a nível mundial, e não apenas para países europeus. O principal objetivo a ser atingido por cada município é trabalharem e desenvolverem os seus territórios rumo a uma comunidade mais sustentável, atrativa, com maior qualidade de vida, resiliente e energeticamente eficiente. Considerado como a "mais importante iniciativa urbana global ao nível do clima e da energia" pelo Comissário Miguel Arias Cañete, o Pacto de Autarcas para o Clima e Energia reúne milhares de autoridades locais e regionais que voluntariamente se empenham na implementação dos objetivos relacionados com o clima e a energia da UE nos respetivos territórios.

Os signatários apoiam uma visão partilhada para 2050: acelerar a descarbonização dos respetivos territórios, reforçar a sua capacidade de adaptação ao impacto inevitável das alterações climáticas e permitir aos seus cidadãos o acesso a energia segura, sustentável e a um preço razoável.

Para o Município da Lagoa, pretende-se que a assinatura deste pacto seja mais um passo para a construção e definição de uma estratégia que combina a sustentabilidade energética, a competitividade local e regional e a atratividade para a inovação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

- 1.º** Autorizar o Município de Lagoa a aderir ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – PLANO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente o Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável de Lagoa – Açores, elaborado pela Norma Açores.

O Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável visa a melhoria da qualidade do ambiente urbano, sendo que os projetos de intervenção deverão contribuir para o aumento de

satisfação dos residentes que habitam na área de intervenção onde será implementada a estratégia integrada de regeneração urbana.

O presente Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável apresenta uma área de atuação constituída pelo núcleo urbano da cidade de Lagoa e áreas urbanas envolventes pertencentes às freguesias de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Cruz, e definida com base na delimitação territorial que integra o conjunto das diferentes intervenções previstas neste estudo conforme representado na planta geral de enquadramento. Possui uma área de intervenção de 1.510.500 m² e compreende a frente marítima da cidade de Lagoa com limite poente no Largo do Cruzeiro, na zona da Atalhada, e delimitada a Nascente pela Igreja de Santa Cruz. A delimitação no quadrante norte é definida pela área urbana recentemente desenvolvida do Parque Tecnológico da Ilha de São Miguel, e pelos principais eixos rodoviários a nascente e poente, respetivamente a Avenida Infante D. Henrique (Santa Cruz) e a Estrada Regional n.º 1 (Nossa Senhora do Rosário - Atalhada).

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável de Lagoa – Açores.

PONTO N.º 4 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE 2015:

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2015, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 9.918.050,04 (nove milhões novecentos e dezoito mil e cinquenta euros e quatro cêntimos) e de € 681.904,46 (seiscentos e oitenta e um mil novecentos e quatro euros e quarenta e seis cêntimos) esta referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 247.880,13 (duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e oitenta euros e treze cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 10.847.834,63 (dez milhões oitocentos e quarenta e sete mil oitocentos e trinta e quatro euros e sessenta e três cêntimos).

A despesa efetuada durante o mesmo período foi no montante de € 9.845.245,45 (nove milhões oitocentos e quarenta e cinco mil duzentos e quarenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 567.936,84 (quinhentos e sessenta e sete mil novecentos e trinta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 434.652,34 (quatrocentos e trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontrando-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, de 18 de agosto, alterada pela Resolução do Tribunal de Contas n.º 26/2013, de 21 de novembro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que gostaria de congratular a Câmara Municipal, pelo Município de Lagoa ter obtido, em 2015, a melhor taxa de execução orçamental

de sempre, tendo obtido uma taxa de 93,9% no orçamento global da receita e de 92,2% no orçamento global da despesa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à apreciação e votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2015 sido apreciados e votados, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes, de acordo com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Verificou-se que os documentos em apreciação acusavam na receita de € 10.030.315,31 (dez milhões trinta mil trezentos e quinze euros e trinta e um cêntimos) e de despesa € 9.845.245,45 (nove milhões oitocentos e quarenta e cinco mil duzentos e quarenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos), acusando um saldo de € 185.069,86 (cento e oitenta e cinco mil e sessenta e nove euros e oitenta e seis cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 681.904,46 (seiscentos e oitenta e um mil novecentos e quatro euros e quarenta e seis cêntimos) e com o saldo de € 135.614,86 (cento e trinta e cinco mil seiscentos e catorze euros e oitenta e seis cêntimos) perfaz a quantia de € 817.519,32 (oitocentos e dezassete mil quinhentos e dezanove euros e trinta e dois cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 567.936,84 (quinhentos e sessenta e sete mil novecentos e trinta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), apresentando um saldo de € 249.582,48 (duzentos e quarenta e nove mil quinhentos e oitenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos) e acusando um saldo de execução orçamental de € 185.069,86 (cento e oitenta e cinco mil e sessenta e nove euros e oitenta e seis cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Atividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente apreciado, foi votado por unanimidade, dos vinte e um membros presentes.

Na sequência do Relatório de Atividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2015, foi pela Câmara Municipal apresentada a seguinte proposta:

Refere, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 153.831,62 (cento e cinquenta e três mil oitocentos e trinta e um euros e sessenta e dois cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: € 7.691,58

Reforço do Património: € 146.140,04

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2015, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5º do Decreto - Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto - Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

PONTO N.º 5 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2016:

Pela Câmara Municipal foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto - Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Criação da Receita:

Outras Receitas de Capital

130199 – Outras – 116.946€ (Saldo Transitado Empresa Municipal);

Saldo da gerência anterior:

160101 – Na posse do Serviço – 185.069€

Reforços:

Despesas Correntes:

01030901 – Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais – 6.000€;

020117 – Ferramentas e Utensílios – 1.500€;

02012199 – Outros Bens – 10.660€;

020209 – Comunicações – 20.000€;

02022006 – Serviços Operacionais – 5.000€;

02022599 – Outros Serviços – 20.000€.

Despesas de Capital:

07010301 – Obra n.º 18/2015 – Instalação de Apoio ao Convento dos Franciscanos – 45.000€;

070109 – Obra n.º 7/2012 – Aquisição de Equipamento Administrativo – 4.200€;

070111 – Obra n.º 3/2016 – Segurança Rodoviária – Equipamento – 2.000€;

070115 – Obra n.º 27/2006 – Aquisição de Equipamento – Outros Investimentos – 9.400€;

07010307 – Obra n.º 25/2015 - Manutenção Edifícios Municipais – 15.000€;

07010406 - Obra n.º 13/2016 - Requalificação Polidesportivos Água de Pau – 30.800€;

07010406 - Obra n.º 33/2016 - Requalificação Campo João Gualberto Borges Arruda – 107.455€;

07010406 - Obra n.º 14/2016 - Requalificação Polidesportivo de Santa Cruz – 20.000€;

07030304 - Obra n.º 12/2015 - Remodelação de Iluminação Pública – 5.000€.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 1.^a Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a 1.^a Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 302.015,00 (trezentos e dois mil e quinze euros) na receita e na despesa total, sendo € 63.160,00 (sessenta e três mil cento e sessenta euros) de despesas correntes e € 238.855,00 (duzentos e trinta e oito mil oitocentos e cinquenta e cinco euros) de despesa de capital, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenção ao público. O Senhor José Fernando Carneiro Sousa manifestou a intenção de intervir, pelo que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou-lhe a palavra pedindo que fosse sucinto na sua exposição.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa iniciou a sua exposição apresentando as boas noites à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, à Senhora Presidente da Câmara Municipal e às Senhoras e Senhores Deputados. Apresentou à Senhora Presidente da Assembleia Municipal as seguintes perguntas: O que representa a Assembleia Municipal? Qual o dever e para que serve os Deputados desta Assembleia Municipal? Será que os Senhores Deputados só estão aqui na Assembleia Municipal para marcar presença, com a finalidade de receber as suas senhas de presença?

Mais referiu que já alguns anos tem estado presente em sessões desta Assembleia Municipal e em reuniões da Câmara Municipal de Lagoa e o que tem presenciado dos Senhores e Senhoras Deputados é que pouco ou mesmo nada têm participado nas ações deste Concelho e, infelizmente, passa-se por certos sítios e vê-se lixo, entulhos e outros assuntos que prejudicam a saúde e o bom ambiente dos Lagoenses. Nunca ouvi um Senhor ou Senhora Deputado chegar a uma reunião e denunciar essas situações e está bem esclarecido na Constituição da República Portuguesa que foi aprovada no dia 2 de abril de 1976, que diz “*Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses*”.

Expôs o Senhor José Fernando Carneiro Sousa que tem muito respeito pelo Divino Espírito Santo mas estamos a chegar às Festas e vamos ter novamente, como tem sido habitual todos os anos, quase toda a noite com foguetes, fogo-de-artifício e música. Não há ninguém que ponha um ponto final a isso. Há a Lei do Ruído mas não fazem nada, existe licenças para o fogo-de-artifício e horários a cumprir mas na Lagoa ninguém está a cumprir. Passam a noite quase inteira com foguetes e música e ninguém respeita ninguém, não querem saber de nada. Questionou se vamos passar outra vez mais um ano assim.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa referiu que tinha umas perguntas para fazer ao Senhor Deputado Rui Meneses mas, infelizmente, não se encontra presente e desejou-lhe melhoras rápidas.

Continuou, referindo que se existe uma Câmara Municipal deve existir Fiscais Municipais e um cidadão pode vir fazer uma denúncia, só que os cidadãos não querem vir fazer denúncias porque sabem que vão ficar mal. Expôs que já fez denúncias no livro de reclamações, mas não com esta Senhora Presidente da Câmara Municipal, e enviaram as reclamações para os Serviços de Água que não tinha nada a ver com aquilo que reclamava. Ora o que é que isso dava a entender, pareceu-lhe, ou talvez, que andavam a enganar-lhe. Citou que não se pode enganar o povo porque é o povo que vota. Salientou que é um daqueles que fez o 25 de Abril de 1974 e se lhe perguntarem se está arrependido, responde que não está arrependido. Viva o 25 de Abril e 25 de Abril sempre, porque se não houvesse o 25 de Abril não estava aqui a expressar-se da maneira que está a expressar-se livremente.

Contou que um jornalista entrevistou o ator Joaquim de Almeida que vive nos EUA e perguntou-lhe porque é que vive nos EUA e ele respondeu porque nos EUA é que se faz os filmes e em Portugal faz-se filmes mas de outra maneira. Então perguntaram-lhe qual a diferença entre a política Americana e a política Portuguesa e ele respondeu que para se chegar à política Americana primeiro tem que se fazer milionário e em Portugal vai-se a política Portuguesa para se ser milionário. O que relatou, não quer dizer que esteja indicado para os Senhores Deputados presentes mas tem acontecido no nosso país e não só, também no Brasil está a acontecer.

Acrescentou, que para se estar na política, não devem se servir da política mas sim servir a política, servir o povo, ajudar o povo, ir ao encontro das necessidades do povo, é para isso que existem os Deputados na Assembleia Municipal e os Vereadores na Câmara Municipal e não ficar sentados numa cadeira à espera de chegar à altura de vir o envelope para receber as senhas de presença. Anda nisso há já 12 anos, a assistir às reuniões e têm-se dado bastante perigo aqui na Lagoa e ninguém vê, não há nenhum partido político que veja. Numa bomba de gasolina há gás, em frente à sua casa existe uma bomba pronta a explodir, quando a Lei diz que não é possível. O Instituto Tecnológico de Gás do Continente já lhe escreveu a dizer que tinham que respeitar as distâncias necessárias, está a recorrer ao Tribunal mas como a demora é muita, vão recorrer para fora.

Disse que tinha ainda outros assuntos mas para que fique bem claro que não faz parte da política, não é político, não é de nenhum partido, não tem opção por partido nenhum e ainda não escolheu, o que lhe der melhor opção será o que irá escolher, e o que está na moda agora é o “tacho” e se é o “tacho” acha que se vai meter dentro do “tacho”.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor José Fernando Carneiro Sousa. Em relação às questões apresentadas referiu que julga que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa tem conhecimento que constam da Lei e também tem conhecimento do que representa a Assembleia Municipal e para que servem os Deputados Municipais.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa disse que se perguntou é porque não sabe e quer uma resposta da Senhora Presidente da Assembleia Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal respondeu que de acordo com o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município e aos Deputados Municipais compete, no âmbito das competências da Assembleia Municipal, acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, entre outras. Em relação à sua afirmação que os Deputados Municipais só estão aqui sentados, não é verdade. Esta Assembleia Municipal tem criado uma política de proximidade com todas as Freguesias do Concelho e tem-se deslocado às Freguesias para estar em contato com a sua população.

Esta Assembleia Municipal tem realizado as suas sessões pelas Freguesias do Concelho, faltando apenas neste mandato a Freguesia da Ribeira Chã que se a Senhora Presidente da Junta de Freguesia concordar será no próximo mês de junho, no ano em que a Freguesia da Ribeira Chã comemora as suas bodas de ouro.

Os Deputados Municipais desta Assembleia Municipal têm feito visitas às obras e Associações do Concelho como aconteceu recentemente com a visita ao NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel. Como Presidente desta Assembleia Municipal visitou a pedido da Senhora Presidente da Câmara Municipal a Freguesia da Ribeira Chã, no mês passado, com o objetivo de serem analisados alguns assuntos importantes para aquela Freguesia.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa referiu que há deputados aqui dentro que dizem que “isso entra aqui e sai aqui” que estão aqui é para ganhar as senhas de presença. Acrescentou se estão na política só para ganhar as senhas de presença que deem o lugar a outros e metam-se em casa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu as boas noites ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa e começou a sua intervenção referindo que iria fazer a defesa da honra deste Órgão Deliberativo e também da Câmara Municipal.

Expôs que pensa que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa está a ver as coisas pelo prisma de que os membros dos Órgãos Autárquicos são obrigados a fazer tudo e os cidadãos não são obrigados a fazer nada. Esta Assembleia Municipal já percorreu as Freguesias do Concelho, faltando apenas a Ribeira Chã que será na próxima sessão, de junho. Se estão lá, se as sessões são fisicamente nas Juntas de Freguesia e se o público não vai lá assistir, não é obrigação deste Órgão incutir no cidadão que eles podem ter um papel ativo a cumprir nessa matéria. As sessões da Assembleia Municipal são públicas, a porta está aberta, qualquer pessoa pode entrar, assistir e, no período de intervenção aberto ao público, intervir e questionar sobre qualquer atividade, mas na verdade não o fazem.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa assistiu hoje a uma sessão em que não houve intervenções mas isso é resultado da transparência com que se trabalha, do rigor que tem sido implementado nas diversas ações. A todos os Deputados Municipais foi disponibilizado, atempadamente, os documentos referentes aos assuntos da ordem do dia desta sessão, mas com a vida ocupada que têm, porque há pessoas que não estão ainda reformadas e nem todos têm disponibilidade para descarregar e ler os documentos na íntegra, foi disponibilizado um documento com as notas em resumo dos assuntos. Este documento não dispensa a consulta da respetiva documentação, quando têm interesse em analisar algum assunto com maior detalhe.

Mais expôs que todos têm o serviço de recolha de lixo porta à porta, de segunda-feira a sexta-feira, têm ecopontos disponíveis e inúmeros serviços e continua-se a assistir aos atentados ambientais que são feitos na orla costeira, mas isso é responsabilidade da Presidente da Câmara Municipal e de um Deputado Municipal? Não, a responsabilidade é de todos, é uma responsabilidade partilhada. Por exemplo, não pode, o Senhor José Fernando Carneiro Sousa chegar aqui e dizer que viu o Senhor Vereador José Cabecinha pôr lixo na rocha, e dizer que não quer saber. Que os cidadãos não querem vir fazer denúncias porque não se querem chatear. Os Fiscais Municipais estão na Câmara Municipal a trabalhar para o cumprimento da Lei e não será por gostar mais ou menos de determinada pessoa que irá ser aplicada uma multa diferente. Expôs que um cidadão que não quer chatear-se com o seu vizinho do lado mas está a ver que ele está a fazer algo errado, opta por ficar calado e depois manda “piropos” para o ar a dizer que são os Fiscais Municipais que têm que descobrir que alguma coisa está mal. A Senhora Presidente da Câmara Municipal disse ao Senhor José Fernando Carneiro que não pode ser assim, isso é uma missão de todos. Se como mãe não motivar o seu filho a ir para a escola, quem é que tem culpa, serão os Deputados da Assembleia Municipal, não pode ser. Como mãe, independentemente, das inúmeras tarefas que tem como Presidente da Câmara Municipal e Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa, com o pouco tempo que tem para estar com a sua família, não pode descurar o seu papel de mãe, mas se falhar aí não vai culpar o Primeiro-ministro que o seu filho não atingiu determinados objetivos, pois a culpa será sua porque não fez o seu papel e é isso que todos enquanto

cidadãos têm que fazer. Se é feita uma Assembleia Municipal em determinada Freguesia e se aparecem poucas pessoas, que culpa têm os Membros dos Órgãos Municipais? As pessoas sabiam que havia a sessão da Assembleia Municipal naquele local, se não comparecem, não se vai bater à porta mas ainda assim, a Assembleia Municipal está a percorrer as Freguesias.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal disse que se pode orgulhar de ter percorrido todas as ruas dos Centros Urbanos deste Concelho de setembro a dezembro do ano passado, onde teve a oportunidade de falar com as pessoas que lhe quiseram falar e percorrendo a pé viu coisas que passando de carro não conseguem ver e também auscultar a sensibilidade da população. Não vai bater às portas das pessoas só na altura das eleições, dois anos antes ou três já o fez e tem este tempo todo para resolver os problemas da população.

Quanto às Festas do Divino Espírito Santo, estas têm a sua tradição que naturalmente podem causar alguns incómodos mas quem as faz, à partida, tem a sua situação regularizada. Existe o Regulamento Geral do Ruído, a licença especial de ruído é requerida pelo interessado e emitida pela Câmara Municipal, mediante o pagamento da respetiva taxa.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa interrompeu e disse que não existe a aplicação do Regulamento Geral do Ruído, ao pé da sua porta, para descarregamento das garrafas de gás.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que são situações distintas.

Sobre o livro de reclamações informou que é um dos mais eficazes instrumentos para o consumidor fazer valer os seus direitos. Todos os Serviços são obrigados por Lei a ter livro de reclamações e o Serviço é obrigado a remeter cópia da reclamação para a respetiva Entidade com competência na área em questão.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa referiu que fez reclamações no livro de reclamações às quais não obteve resposta da Câmara Municipal mas declarou que foi no tempo do anterior Presidente da Câmara Municipal. Relativamente ao passar a licença sobre as garrafas de gás referiu que não sabe se há crime.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que já transmitiu o ponto de situação ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa, sobre o parque de armazenamento e venda de garrafas de gás, sito à Travessa Padre João Furtado Pacheco, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Já teve uma reunião com o técnico do ITG - Instituto Tecnológico do Gás que informou que se encontra tudo dentro da legalidade. Como Presidente

da Câmara Municipal não pode contestar um parecer técnico de uma Entidade especialista na matéria.

Referiu ainda o Senhor José Fernando Carneiro Sousa que, ainda hoje, na Rua Dr. José Pereira Botelho, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, fizeram uma pintura num edifício que é uma aberração para a cidade de Lagoa. Apesar de não gostar, não foi o único. Havia um grupo de pessoas a comentar que “raio de cor era aquela”.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, questionou se o Senhor José Fernando Carneiro Sousa tinha denunciado esta situação à Câmara Municipal.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa respondeu se tem de ser ele a fazer as denúncias todas. Para que servem os Senhores Deputados Municipais, para que servem os Fiscais Municipais e para que servem os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia?

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que nem todas as pessoas poderão ter passado por aquele local.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa referiu que nem todos têm cara de aparecer e querem é meter-se dentro do “tacho”. Se lhe puserem dentro de um “tacho” e puserem a tampa, fica calado e nunca mais fala.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu todas as intervenções.

O Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco César Pacheco pediu o uso da palavra.

De imediato, o Senhor José Fernando Carneiro Sousa interferiu e disse que já não podia usar da palavra porque já tinha terminado o período de intervenção ao público e os Senhores Deputados já tinham tido a oportunidade de falar.

O Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco César Pacheco dirigiu a palavra à Senhora Presidente da Assembleia Municipal referindo que depois da sessão pretendia dirigir uma palavra de agradecimento a toda a Assembleia Municipal, por se tratar da sua última presença enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa pediu desculpa pela sua intervenção.

Antes de dar por terminada esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, gostaria, uma vez mais, de agradecer a presença de todos.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e onze minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
